



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA**

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**CONTRATO 02/2023**  
**SIGGO Nº. 048422**  
**(REGIÃO ITAPOÃ)**

*CONTRATO  
 DE  
 PRESTAÇÃO  
 DE SERVIÇO  
 DE  
 EMPRESA  
 ESPECIALIZADA  
 EM  
 TRANSPORTE  
 DE PESSOAS  
 QUE ENTRE  
 SI  
 CELEBRAM  
 A  
 SOCIEDADE  
 DE  
 TRANSPORTES  
 COLETIVOS  
 DE BRASÍLIA  
 LTDA – TCB  
 E ROMAN  
 TRANSPORTES  
 ESPECIAIS  
 LTDA., NA  
 FORMA  
 ABAIXO:*

**Cláusula Primeira – Das Partes:**

1.1- Pelo presente instrumento de Termo de contrato de Prestação de Serviço, que entre si celebram de um lado, a **SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA – TCB**, pessoa jurídica de direito privado, empresa pública, criada pela Lei nº 4545/64, inscrita no CNPJ sob o nº 00.037.127/0001-85, com sede no Setor de Garagens Oficiais Norte, Quadra 06, Bloco “A” nesta Capital, neste ato representado pelo seu **Diretor Presidente CHANCERLEY DE MELO SANTANA**, brasileiro, casado, graduado em Gestão de Marketing, pós –graduado em Gestão Pública, portador da Carteira de Identidade nº. 1.302.043 SSP/DF e do CPF nº. 610.476.781-87, residente e domiciliado nesta Capital Federal e seu **Diretor Administrativo e Financeiro VÍTOR CÉSAR BATISTA AVEIRO**, brasileiro, casado, Analista de Atividades Rodoviárias/Engenheiro Mecânico, portador da Carteira de Identidade nº. 804.176 SSP/DF e do CPF nº.398.740.521-04, residente e domiciliado nesta Capital Federal, residente e domiciliado nesta Capital Federal, doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE** e do outro lado **ROMAN TRANSPORTES ESPECIAIS LTDA.**, com sua sede no SETOR PLACA DA MERCEDES, Conjunto 7-A Lote 01 – Galpão, Núcleo Bandeirante/DF, CEP: 71.732-010, com seu Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 53600398611, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 17.715.716/0001-78, neste ato representada pelo sócio proprietário Sr. **FILIPPE ERNANI SOARES CARLOS**, brasileiro, casado no regime da comunhão parcial de bens, nascido aos 01/04/1993, empresário, portador da CNH 05232754781, expedido pelo DETRAN/DF em 09/08/2016 e do CPF 042.815.581-28, residente na QI 04 Bloco H Apto 109 – Guara I – Brasília/DF, CEP: 71.010-082, filho de Ernani Luiz Evangelista Carlos e de Silvana Soares Souza Carlos, doravante denominado **CONTRATADO/FORNECEDOR**, tendo em vista o que consta no Processo nº: 00095-00000520/2021-99 e Edital do Pregão Eletrônico nº 12/2022, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, Lei 13.303/16 e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

**Cláusula Segunda – Do Objeto**

2.1- O objeto deste instrumento é Contratação de empresa especializada em transporte de pessoas para prestação de serviços de transporte ao Programa de Oferta Suplementar de Transporte Escolar da região do Itapoã, pertinente ao item 2 (cota reservada), do Edital do Pregão Eletrônico nº. 12/2022, com estimativa de realização de 171.388,80 Km (cota reservada) e um mil trezentos e oitenta e oito quilômetros e oitocentos metros), conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico e seus anexos, conforme o descrito no processo 00095-00000520/2021-99, que independentemente de transcrição é parte integrante do presente instrumento de contrato.

2.2- A Contratada será responsável pela prestação do serviço contratado constante no item nº. 2 do Termo de Referência e Edital de Licitação do processo 00095-00000520/2021-99 e proposta constante na Ata do Pregão Eletrônico nº. 12/2022.

### **Cláusula Terceira – Da Vigência**

3.1- O presente Contrato, terá efeitos obrigacionais e de direito a partir da sua assinatura.

3.2- A sua vigência pelo prazo de 30 (trinta) meses, serão contados do início da efetiva prestação do serviço, de conformidade com o item 10.1 do Termo de Referência, podendo ser renovado por igual período até o limite legal de 60 (sessenta) meses.

### **Cláusula Quarta – Da Execução**

4.1- A CONTRATADA deverá dar executar fielmente o serviço contratado na data a ser informada pela CONTRATANTE.

4.2- A execução deste Contrato será acompanhada por um executor designado pela CONTRATANTE que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste instrumento, denominando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

### **Cláusula Quinta – Do Preço**

5.1- A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela prestação dos serviços a importância de **R\$26,63 (vinte e seis reais e sessenta e três centavos), por Km rodado.**

5.2- O valor total do Contrato para o período contratado está estimado na quantia de **R\$4.564.083,74 (quatro milhões quinhentos e sessenta e quatro mil e oitenta e três reais e setenta e quatro centavos).**

5.3- As despesas provenientes com a execução destes serviços correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

FONTE:100 e 102;

PROGRAMA DE TRABALHO: 12361622149760002; 12365622149769535; 12362622149769534, 12366622149769533 e 12367622149769537

NATUREZA DA DESPESA: 339039.

5.4- Para a cobertura inicial contratual no exercício 2023, foram emitidas as seguintes Notas de Empenhos que totalizam o importe de R\$77.799,88 (setenta e sete mil setecentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos), a saber:

1. 2023NE00115, em 10 de fevereiro de 2023, no valor de R\$46.180,23 (quarenta e seis mil cento e oitenta reais e vinte e três centavos);

2. 2023NE00116, em 10 de fevereiro de 2023, no valor de R\$31.616,65 (trinta e um mil seiscentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos);

5.5- O valor total estimado e empenhado para o exercício de 2023 fora de **R\$1.777.612,77 (um milhão, setecentos e setenta e sete mil seiscentos e doze reais e setenta e sete centavos).**

### **Cláusula Sexta – Do Pagamento**

6.1- O pagamento ao CONTRATADO será efetuado pela CONTRATANTE, na forma do item 16 do Termo de Referência constante no Edital do Pregão Eletrônico em referência, e após a apresentação de Nota Fiscal, com liquidação em até 30 (trinta) dias após sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

### **Cláusula Sétima – Das Obrigações do Contratado**

7.1- Na execução do contrato, obriga-se o CONTRATADO a envidar todo o empenho e dedicação necessários ao seu fiel e adequado cumprimento do Termo de Referência que independentemente de transcrição é parte integrante do presente instrumento de contrato, obrigando-se ainda a:

1. A cumprir fielmente a Termo de Referência;
2. Comunicar imediatamente, por escrito, ao executor do contrato, qualquer anormalidade verificada, no menor espaço de tempo possível, para que sejam adotadas as providências necessárias;

3. Atender, com diligência, as determinações do executor, adotando todas as providências necessárias à regularização de falta(s) e irregularidade(s) verificada(s);
4. A implantar obrigatoriamente em atendimento a Lei Nº. 6.112/18, combinado com a Portaria No. 157/20 – CGDF, o programa de integridade.
- 5.

#### **Cláusula Oitava – Das Obrigações do Contratante**

1. Indicar um executor que acompanhará a execução do contrato;
2. Conferir a qualidade dos serviços prestados;
3. Providencia os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas.
- 4.

#### **Cláusula Nona – Das Penalidades**

9.1- Pela inexecução dos serviços total ou parcial, e ainda pelo não atendimento da pontualidade dos serviços a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa aplicar ao CONTRATADO as sanções abaixo, sem prejuízos das cominações previstas na Seção II do Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, assim como as constantes no Termo de Referência e Edital de Licitação.

- a) - Multa;
- b) - Rescisão do Contrato
- c) - Suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2(dois) anos;
- d) - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

#### **Cláusula Décima – Das Multas**

10.1- Em caso de descumprimento de quaisquer das condições pactuadas neste instrumento, total ou parcial, e ainda, em caso de imp pontualidade dos serviços prestados no prazo fixado pela CONTRATANTE, será aplicada multa no seguinte percentual:

- a) – 1% (um por cento) ao dia até o 30º (trigésimo) dia de atraso na execução dos serviços, aplicado sobre o valor total do Contrato, quanto a CONTRATADA, sem justa causa deixar de cumprir ou cumprir parcialmente dentro do prazo estabelecido neste contrato as obrigações assumidas.
- b) – 30%(Trinta por cento) sobre o valor total do Contrato, quando decorridos mais de 30(Trinta) dias de atraso, sem manifestação da CONTRATADA. Neste caso, estará caracterizada a recusa, dando causa ao cancelamento da Nota de Empenho, bem como a rescisão do contrato por simples notificação.
- c) – No caso de atraso do início da execução do contrato ou ocorrendo atraso na entrega dos serviços, poderá a CONTRATADA se entender conveniente apresentar justificativas até o 2º (segundo) dia útil anterior a data fixada para início da execução ou entrega dos serviços, mediante correspondência dirigida ao Diretor Presidente da CONTRATANTE, que se entender de conveniência e a seu exclusivo critério poderá conceder o prazo solicitado para cumprimento da obrigação, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas neste instrumento.
- d) - Esgotado o prazo para início da execução ou da entrega dos serviços, sem que a CONTRATADA, com justificativa aceita ou não, ou ainda, sem a sua interposição, será considerado inadimplente ficando automaticamente suspenso do direito de licitar ou contratar com a TCB, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste instrumento.
- e) – A CONTRATADA, será declarada inidônea nos casos de descumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste Contrato.

#### **Cláusula Décima Primeira – Da Alteração**

11.1- O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas nos seguintes casos:

1. Unilateralmente pela TCB:
  - a) Quando houver modificação das especificações dos serviços para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
  - b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência do acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do contrato nos limites permitidos pela legislação;
2. Por acordo das partes:
  - a) Para restabelecer a relação de que as partes pactuadas inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da contratante, pelo justo valor dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro deste ajuste.

#### **Cláusula Décima Segunda – Das Medidas Acauteladoras**

12.1- Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

#### Cláusula Décima Terceira – Da Rescisão

13.1- O presente instrumento poderá a qualquer tempo e por qualquer das partes ser rescindido, sem ônus adicional para quem fizer uso desta faculdade, desde que avise a outra, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

13.2- A CONTRATANTE poderá unilateralmente rescindir o presente instrumento independente de interpelação judicial ou extrajudicialmente nos seguintes casos:

- a) Inadimplência abrangendo o não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, lentidão, atraso injustificado, paralisação, desatendimento de determinações regulares de autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato e o cometimento reiterado de falhas;
- b) Transferência no todo ou em parte das obrigações decorrentes do instrumento contratual, sem prévia e expressa anuência da TCB;
- c) Falência, concordata, cisão total ou parcial, insolvência civil, dissolução da sociedade, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA;
- d) Razões de interesse público;
- e) Caso fortuito ou força maior.

#### Cláusula Décima Quarta - Da Garantia Contratual

14.1- A CONTRATADA prestará no prazo de 5 (cinco) dias úteis, garantia contratual no importe de 3% (três por cento) do valor contratado, na forma do item 13 do Termo de Referência.

#### Cláusula Décima Quinta – Disposições Gerais

15.1- O CONTRATADO é responsável pelos danos causados diretamente ou através de seus empregados ou prepostos à CONTRATANTE ou a terceiros decorrente de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou deduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento previsto na cláusula anterior.

#### Cláusula Décima Sexta – Da Publicação

16.1- Todas as despesas e providências com a publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Distrito Federal correrão à conta da TCB.

16.2- Os atos de aplicação das penalidades previstas neste contrato, serão publicados no Diário Oficial do Distrito Federal.

16.3- Os casos omissos serão dirimidos pelos ditames do Capítulo III e demais normas pertinentes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

#### Cláusula Décima Sétima – Do Foro

17.1- Fica eleito o foro de Brasília – Distrito Federal, para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente contrato e todas as suas condições sem nenhuma exceção, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

17.2- E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Termo de Contrato, através de assinatura eletrônica via sistema SEI/GDF, onde dispensam a presença e assinatura de testemunhas sem prejuízo das obrigações neste instrumento assumidas.



Documento assinado eletronicamente por **CHANCERLEY DE MELO SANTANA - Matr.0060747-9, Presidente da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília**, em 10/02/2023, às 19:41, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **VITOR CÉSAR BATISTA AVEIRO - Matr. 0060727-6, Diretor(a) Administrativo(a) e Financeiro(a)**, em 10/02/2023, às 19:56, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Ernani Soares Carlos, Usuário Externo**, em 10/02/2023, às 20:30, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **105873256** código CRC= **F85E44B2**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SGON QUADRA 6 LOTE ÚNICO BLOCO A - Bairro ASA NORTE - CEP 70610-660 - DF

(61) 3342-1047

00095-00000520/2021-99

Doc. SEI/GDF 105873256